

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
ACTA N.º 03/2011 DE 20 DE JUNHO DE 2011

----- Aos vinte dias do mês de Junho do ano dois mil e onze, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de Junho do ano em curso, pelas catorze horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Maria Idália Amaral Pinto e Ilídio Silva Ferreira, primeira e segundo secretários respectivamente e os seguintes Membros: -----

Henrique Gomes Morgado, Hugo Filipe Afonso Trindade, José Luís Ferreira dos Santos, Joel Afonso de Sousa, Manuel Costa Pereira, Carlos Alberto Pereira de Sá, Manuel Leandro Vicente, Anabela Conceição Salvador Almeida, Carlos Alberto Cunha Saraiva, Ilídio Afonso da Cruz, Sandra Cristina da Silva Francisco Amaral, Orlando Carvalho Canseiro, Augusto Marques Moreira, Amândio Martinho Salvador, Jorge Manuel Pereira Reis e Horácio Manuel Sousa Leal. -----

----- Não compareceram à sessão os membros Srs. José Manuel Afonso Rodrigues e Fernando Costa Félix e Alípio de Melo Vieira -----

----- Nos termos do artigo 29º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Estiveram também na Sessão os Srs. Vereadores em regime de não permanência, Manuel Marques Custódio e Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram catorze horas verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 24 de Fevereiro e 26 de Abril do ano em curso e ainda do seguinte: -----

----- **a) Voto de pesar pelo Falecimento do Trabalhador desta Autarquia, Sr, Ivens Alberto Lopes dos Santos.**-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia propôs a votação um voto de pesar pelo falecimento do trabalhador desta autarquia Sr. Ivens Alberto Lopes dos Santos.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o voto de pesar proposto.-----

----- **b) Elementos contabilísticos referentes à situação financeira do Município reportada à data de 08 de Junho de 2011.**-----

----- Foram enviados a todos os membros da Assembleia os elementos em epígrafe, dos quais tomaram conhecimento -----

----- **c) Justificação de Faltas** -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues, por e- mail registado em 20 de Junho de 2011, comunica que por motivos de ordem profissional inadiáveis não pode comparecer à sessão de hoje, dia 20, solicitando a justificação da ausência. -----

----- Fernando Costa Félix, por e-mail registado em 20.06.2011, comunica que por motivos de doença não pode estar presente na sessão de hoje, e solicita a justificação da sua ausências.-----

----- Sandra Cristina Amaral Francisco, por e-mail de 03 de Maio, apresenta pedido de justificação da sua falta à reunião do dia 26 de Abril de 2011. -----

----- A Mesa da Assembleia justificou as faltas dos membros em epígrafe.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Paulo Marques, deu os parabéns ao novo Governo eleito pelo PSD e pelo CDS, e espera que façam um bom trabalho e que acima de tudo não se esqueçam destas terras do alto paiva e que tentem fazer o melhor pelo nosso concelho. É isso que se tem de continuar a fazer independentemente de quem esteja no Governo.-----

1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”; -----

-----Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- Henrique Morgado – Começou por referir que queria em 1.º lugar fazer uma vez mais referência ao Sr. Presidente da Mesa para que faça diligências no sentido da informação lhes chegar mais atempada de modo a que os membros da Assembleia possam preparar as sessões, porque entende que há questões que considera pertinentes. De seguida colocou algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara como segue: “ A 1.ª questão é referente aos processos judiciais e outros do município, porque não nos foi dada informação sobre o processo disciplinar movido contra o Dr. Sérgio Tavares e o do cheque. Gostaria de saber se tem mais alguma informação complementar àquela que nos foi transmitida. Em segundo lugar gostava de trazer aqui um assunto que efectivamente me merece o meu respeito e com o qual efectivamente não concordo pelas razões que vou passar a explicar. A questão prende-se com as bombas de gasolina . Eu sei que é uma assunto que não é fácil, mas insto é um dos casos, e

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

desculpe-me a expressão Sr. Presidente da Câmara efectivamente é um dos casos típicos das piruetas a que já nos habituou. Senão vejamos, no executivo anterior ao do Sr. Manuel Custódio houve um compromisso do encerramento das Bombas. Foi neste pressuposto que foram construídas as bombas à saída de Vila nova de Paiva para Vise, e portanto foi nesta condição que até o Sr. Presidente da Câmara, na altura na qualidade de advogado esteve directamente envolvido no negócio. Foi nesta condição que o actual proprietário gastou milhares de euros para a instalação do posto de abastecimento, deparando-se agora com dificuldades ao ponto de estar a considerar o seu encerramento.

Em 20 de Maio de 2009 em reunião da Câmara o Sr. Presidente, enquanto Vereador questionou na altura o Sr. Manuel Custódio, então Presidente da Câmara, sobre a situação das bombas. Tendo sido informado que desde o dia 01 de Maio estava a decorrer o prezo de noventa dias para o levantamento dos bens móveis pertencentes ao posto de abastecimento. Sugeriu então na como Vereador que fosse informada a CEPSA da situação decorrente da caducidade do direito de superfície , e nada mais do que isto, ou seja, a sua intervenção foi exactamente neste sentido, nem um repara acerca do encerramento ou não encerramento da bombas. Em 21 de Dezembro de 2009, questionado por mim, directamente nesta Assembleia, sobre este assunto, o senhor referiu que a decisão da Câmara referente ao encerramento das bombas era para cumprir. Estranhamente em 02 de Junho de 2011 faz uma proposta à Câmara para o arrendamento das instalações à CEPSA até 31.de Março de 2014. Em que as condições de pagamento são as seguintes: - renda anual de oito mil e trezentos euros e pagamento de cinquenta mil euros a título de subsídio, destinado a despesas de reinstalação do Parque Infantil em outro espaço sito naquele mesmo Largo do Ramalhal cumprindo-se assim todas as regras de segurança e sinalética. A questão que eu coloco é simplesmente isto, porque esta mudança súbita? E desejava questionar-lhe se acha que fez um bom negócio. No meu ponto de vista, e esta é a minha opinião, o senhor fez um péssimo negócio, e estou convencido que este acordo, desculpar-me-á mas é vantajoso para todos menos para a Câmara Municipal, porque o senhor sabe que a instalação de uma bombas custa no mínimo duzentos mil euros. Dar de concessão por um prazo de cinco anos com todos os bens móveis que lá se encontram a troco de cinquenta mil euros, convirá que foi um péssimo acordo. Mas mesmo assim admitamos que foi um bom acordo. Porque é que não fez oferta pública para o arrendamento das instalações? Disse em reunião de Câmara que fez contactos informais! Sr. Presidente contratos informais numa coisa desta, desde quanto? Quem é que contactou? Por acaso contactou a Galp ?A Repsol, a Shell? Isso sim, isso é que

seria uma decisão séria e transparente. Agora, todo este processo faz-me lembrar, e repito, do meu ponto de vista a Câmara Municipal fez um péssimo negócio e o futuro vai-me dar razão.

Outra questão, esta prende-se com o SIADAP. Em 25.02.2010, o Sr. Presidente disse taxativamente e passo a citar “ou o SIADAP é implementado ou 10% do FEF é retirado à cabeça e custe o que custar tem de ser implementado”. A questão é muito simples foi ou não implementado? Estamos ou não a ser penalizados em 10%? É que tanto quanto sei o SIADAP não foi implementado e estamos a ser penalizados pela sua não aplicação.

Outro assunto - Águas - ficamos a saber que efectivamente já existe um protocolo, e que até já há preços, quarenta e cinco cêntimos em alta e parece que cinquenta e poucos cêntimos em saneamento. Gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia se efectivamente já há ou não contrato, protocolo e em que termos. Pelos vistos a situação já está muito mais avançada do que aquilo que nos transmitiu na última reunião da Assembleia.

- José Luís Santos – Agradeceu em seu nome pessoal e retribuiu o voto de felicitação da vitória do PSD a nível nacional. -----

----- Felicitou o Sr. Presidente da Câmara pela construção do parque infantil de Vila Nova de Paiva, tendo no entanto referido que todas as obras têm os seus bicos e disse “Além de lhe dar ao parabéns, queria fazer-lhe algumas recomendações. De certeza que foi para cumprir promessa, de qualquer maneira, Sr. Presidente, agradecia que manda-se ver tecnicamente as esquinas vivas que envolvem o parque. Compreendo que para assinalar o dia da criança tenha havido uma certa pressa. Quero dizer-lhe também que o parque não devia ficar só por aquela zona. Há muitos espaços envolventes aqui na vila, e sendo Vila Nova de Paiva a sede do concelho, não desprezando as freguesias, deveriam ser criados mini-parques, porque julgo que não é uma despesa assim tão grande para a autarquia. É preciso envolvermo-nos, precisamos de cativar a juventude, nós precisamos de gente em Vila Nova de Paiva, não precisamos de encerrar serviços”

----- De seguida, solicitou explicações ao Sr. Presidente acerca dos arruamentos que estão a ser construídos, porque entende que se deveria começar a colocar tapete pela zona onde existem habitações habitadas há mais tempo, para minimizar o tempo de espera a que já estiveram sujeitos, e para atenuar os anos a as promessa todas que os autarcas fizeram àquelas gentes.-----

----- Deu também os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela plantação de árvores no largo da feira, porque já houve tantas promessa de anteriores autarcas

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

acerca daquela largo, pretendeu saber se aquela plantação obedeceu a algum projecto aprovado para o espaço. -----

----- Pediu ao Sr. Presidente que interferi-se junto da PT, quanto às avarias de telefone, pois há pessoas idosas que chegam a ficar quinze dias sem contacto, havendo inclusive situações em que na mesma freguesia arranjam rapidamente as avarias de uns e esquecem-se dos outros. -----

- Sandra Francisco – Referiu o seguinte: “ *Infelizmente não pude estar na última reunião da Assembleia, mas como é meu hábito leio as actas e vi que foi abordado o assunto da saúde do nosso concelho. Não é minha intenção fazer arrastar este assunto de reunião para reunião, mas julgo que teria algum interesse até para que este órgão tenha a verdadeira percepção do que se passa na nossa zona. Nós temos cerca de seis mil e oitocentos utentes inscritos, a equipa médica é composta por três elementos, a de enfermagem por cinco, os assistentes operacionais são três e os administrativos dois. Com a saída de uma médica que pediu a reforma, o centro de saúde passou a fechar às 19H00, em vez de ser às 20H00, deixou de haver aos sábados, quando estava aberto das 09H00 às 13H00. Li também a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara a esta Assembleia e foi realmente a resposta que obtive da Directora Executiva do ACES Dão Lafões, e eu também pude confirmar que a resposta que lhe deram é o que está afixado à porta do centro de saúde.*

Argumenta-se que se tem menos um médico e que por essa facto teve de ser alterado o horário de funcionamento e fechar aos sábados. Estes argumentos utilizados não são verdadeiros, e eu assumo aqui, e digo que isso é mentira. E é mentira porque? Senão vejamos e vamos comparar com concelhos vizinhos. Aguiar da Beira tem menos utentes inscritos que nós tem cerca de seis mil e setecentos e tem 2 médicos apenas. Abre das 08H00 às 24H00, além disso está permanentemente nas instalações dos Bombeiros uma equipa do INEM e um helicóptero. Mas para vir agravar esta má gestão, temos uma médica do centro de saúde de Vila Nova de Paiva que vai fazer horas extraordinárias a Aguiar da Beira, quando esta médica se disponibilizou para fazer horas extraordinárias no Centro de Saúde de Vila Nova de Paiva, inclusive se tencionassem abrir ao fim de semana, o que não foi aceite.

No Concelho de Sátão o Centro de Saúde está aberto das 08H00 às 20H00, todos os dias da semana. Em Castro Daire, 24H00, S. Pedro do Sul 24H00, e nenhum destes centros de Saúde nos atende, somos obrigados a ir para Viseu. Eu sinceramente gostaria de saber se nós somos menos Portugueses que os habitantes do concelhos vizinhos.

A Câmara Municipal sempre manteve uma relação de cooperação com o Ministério da Saúde, isto já vem de mandatos anteriores, e o Sr. Presidente decidiu e bem manter esta colaboração. O funcionário que conduz a carrinha do Centro de Saúde é pago pela Câmara, o combustível e a manutenção da carrinha também. A renda da casa de casa de uma das médicas do Centro de Saúde é suportada pela Câmara Municipal. Quando é necessário cortar a relva, quando é necessário fazer pequenas reparações no edifício é a Câmara Municipal de faz, aliás, se não fosse a Câmara Municipal arranjar a luz dos corredores ainda hoje estavam às escuras. Mas aqui existe outro dado caricato, os centros de saúde dos concelhos vizinhos pagam a água que consomem e eu gostaria de saber onde estão as facturas da nossa Câmara emitidas ao Centro de Saúde ,é que Centro de Saúde mais ou menos com a dimensão do nosso gastam entre cento e cinquenta a duzentos euros de água por mês, e isto todas as pessoas se esquecem. Eu gostaria de saber se com tanta colaboração, não temos nós ainda capacidade para negociar um melhor serviço para o nosso concelho. É verdade que nós estamos a atravessar uma crise enorme, mas também é curioso que esta crise não afecta a todos. Eu não sou invejosa, nem tenho inveja das condições dos serviços de saúde que têm os concelhos vizinhos, só julgo que nós também merecemos, até porque, e vou aqui dizer o que já disse pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara. Houve um membros não do ACES, mas que pertence è região centro de saúde , um jurista que afirmou que não existe nenhuma Câmara Municipal que colabore tanto com o Ministério da Saúde como a nossa.

Sr. Presidente eu gostava de ver no senhor aquela força de vontade de chegar a acordo de trazer mais benefícios para cá em termos da saúde como tem feito com a educação.

- Horácio Leal - Referiu o seguinte “ Eu queria em primeiro lugar vir aqui dar os parabéns à casa do Povo, pelo que tem feito pelas nossas crianças no âmbito do desporto em Vila Nova de Paiva. Tivemos este fim de semana e provavelmente muitos de vós não saiba, mas tivemos este fim de semana na Covilhã num dos maiores e melhores torneios de captação de jovens, miúdos até aos treze anos, onde estiveram presentes vinte e seis equipas e uma delas foi lá falada ao micro e falou-se lá de Vila Nova de Paiva. A Maior parte das pessoas se calhar não sabia onde era, mas agora possivelmente ficou a conhecer e foi de facto uma organização espectacular e uma participação de Vila nova de Paiva. De entre tantas candidaturas que não conseguiram participar, a Casa do Povo consegui, por isso penso que é de lhes dar os parabéns por tudo o que tem feito envolvendo as nossas crianças.

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Depois, e relacionado com isto, queria também dizer que é da responsabilidade da Câmara Municipal, a partir de agora, e visto que os miúdos da Casa do Povo só têm um seguimento até mais ou menos aos doze anos, a partir dessa idade os jovens ficam parados sensivelmente até aos treze. Como nós sabemos a Câmara Municipal financia o desporto e só financia porque existem crianças, porque existem jovens, há que ter alguma atenção, e eu falo nisto e quem ficar com essa camada de miúdos, porque é uma pena eles estarem a parar agora. Quem ficar com isto, ou Casa do Povo ou o Paivense, mas alguém tem que ficar e clara será que tem de receber um subsídio, que se deve atribuir a quem tomar conta deste miúdos.

Queria também falar agora naquilo que já foi aqui referido, mas que trago aqui em agenda e que é a questão do Parque Infantil. O parque Infantil, de que o Sr. Prof. José Luís falou, eu penso que esses parque ainda não está acabado, penso até que ainda não foi inaugurado porque, estou convencido que se tivesse sido inaugurado o Sr. Presidente da Câmara daria conhecimento ao Presidente da Junta de Freguesia. Como eu não tive conhecimento de nada, não recebi nenhum convite, nem nenhuma informação de que o parque iria ser inaugurado é porque não está acabado. Também notei que não está acabado porque se o sítio possivelmente está legalizado, as entidades que legalizam assumem a responsabilidade disso. Agora penso que, estarmos ali com um parque infantil encostado a uma estrada que dá acesso ao Centro de saúde, onde podem eventualmente passar ambulâncias com alguma velocidade e os miúdos como aquilo não está vedado correm atrás de um bola e vão para a estrada. Ao depósitos das bombas de gasolina também ainda não estão vedados. Depois Sr. Presidente, noutra dia tivemos aqui uma reunião com os Srs. Presidentes da Mesa de voto e com os Presidente de Junta, e ao terminar essa reunião o senhor disse “ meus senhores podem pagar aos elementos das mesas de voto porque já foi a transferida verba para as vossas contas, porque eu pago a horas e está tudo certinho” e eu disse Sr. Presidente muito obrigado por o dinheiro já estar nas nossas contas, mas paga a horas não é bem assim, porque já houve Câmara que pagaram os Censos/2011 e a Câmara de Vila Nova de Paiva ainda não pagou. Foi-me dito pelo Presidente da Junta de Vila Cova à Coelheira e pela Presidente da Junta de Fráguas que, não foi culpa do Sr. Presidente, foi porque houve um recenseador que foi para França e ninguém pode assinar o recibo por ele. Meus senhores eu até disse, mas se esse recenseador ficar em França um ano os outros têm de esperar um ano? Se havia um recibo que não estava assinado recebiam os outros, pois tenho a certeza de que ninguém foi fazer os censos porque gostava, mas sim porque precisavam de dinheiro. Temos jovens que andam na Universidade, temos pessoas que não têm

emprego e que lhe faz alguma diferença estar à espera deste dinheiro, portanto julgo que isso deveria ter sido tratado com mais um bocadinho de sensibilidade.

Queria dar também aqui os parabéns à Câmara pelo empenho que tem tido nestes últimos concurso de pessoal, que têm sido abertos, porque de facto tem tido um empenho bastante forte nisso, pena foi que de facto não foi em todos e aí toca-me um bocadinho a mim, pena foi que o de encarregados tenha tido o desfecho que teve.

- Hugo Trindade disse o seguinte: “Queria começar por um assunto que foi abordado na última assembleia e gostava que ficasse bem claro porque não fiz declaração de voto e penso que algumas pessoas que algumas pessoas me interrogaram no intervalo podem ter ficado com algumas dúvidas

Relativamente ao voto de louvor que foi dado aos Sapadores Municipais de Vila Nova de Paiva, eu na altura abstive-me por uma razão muito simples. Eu nunca fui educado no sentido de ser premiado, por aquilo que me pedem para fazer normalmente. Gosto de ser premiado e sempre fui educado para ser premiado por aquilo que faço excepcionalmente relativamente minhas funções, por isso achei que, apesar do óptimo, diria até excelente trabalho que os Sapadores têm feito no Concelho de Vila Nova de Paiva, a mando dos gabinetes e com a coordenação dos gabinetes do Município, penso que se enquadra dentro daquilo que são as funções dos Sapadores, daquilo que se espera dos Sapadores e daquilo que nos podemos orgulhar do que os nossos Sapadores fazem em detrimento e comparação com os Sapadores de outros Concelhos. Acho que fazem um bom trabalho, está à vista de todos, no entanto da forma como fui educado e da maneira como vejo as coisas penso que não há necessidade de nos vangloriarmos por trabalhos que devemos respeitar e fazer diariamente.

Relativamente às obras públicas que têm sido feitas por este município, eu Sr. Presidente muito sinceramente e penso que em nome da bancada do P.S. queria-lhe dar os meus parabéns, porque para além de algumas promessas como têm dito as outras bancadas pelo menos temos falado nos assuntos e temos cumprido com o nosso calendário e o cumprir o calendário por vezes faz com que algumas obras sejam feitas com alguma pressa. Mas o certo é que se fala nelas e concretizam-se, por isso gostaria de deixar aqui o meu apoio e a mensagem de que o que tem sido feito na minha óptica penso que não andamos a cumprir promessas eleitorais porque penso que à minha porta não andam a ser feitas obras logo aí não deve haver qualquer equívoco.

Gostava também de falar um pouco na acção social e aí fazer uma chamada de atenção a todos, não só como comentário mas também e porque foi aqui referido em

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

tempos, existem IPSS neste Município que estão a fazer trabalhos que grande parte de nós ou alguns de nós não têm conhecimento. Algumas são mais mediáticas pela actividade principal que têm, outras nem tanto, e penso que aqui a culpa é nossa e aí penso que estamos todos no mesmo barco, deveriam dar mais atenção e olhar para as situações pontualmente e sabe-las avaliar, não olhar para elas como um bolo porque começamos a criar injustiças e se há coisas que nós devemos defender para o futuro é aquilo que o Sr. Presidente da junta de Vila Nova de Paiva falou, são as crianças porque falamos nelas, porque trabalhamos para elas, porque fazemos obras para elas. Mas não podemos só falar e pensar e quando estamos aqui todos juntos, vir aqui demonstrar o nosso interesse e a nossa preocupação, devemos todos nós durante o dia também agir nesse sentido. Eu pelo menos faço aquilo que está ao meu alcance e por vezes aquilo que me ultrapassa mas tento sempre chegar mais longe e criar as melhores condições para essas crianças do Concelho de Vila Nova de Paiva. Palavras como dizia o poeta “leva-as o vento”. Relativamente a essas crianças e a essa continuidade e agradeço desde já porque como todos sabem sou representante da Casa do Povo de Vila Nova de Paiva e de facto não deixa de me tocar a mim as declarações que o Horácio fez, apesar de ficar muito sensibilizado com o facto de alguém ter reconhecido o nosso esforço é muito preocupante que essas crianças tenham seguimento mas ainda mais preocupante é a todos olhar para o que é que andamos a fazer ao dinheiro que poderia ir para essa crianças e aí volto aquele velho discurso que tive no final do ano passado e pelo qual alguns de vocês disseram que era defensor do estado novo, o que não sou, mas sou defensor de que devemos olhar para aquilo que é prioritário porque o Dr. Paços Coelho falou muito na crise de valores que existe em Portugal e essa crise de valores é política, e é social que nos faz desviar do rumo que seria a nossa vida e que seria o bem - estar deste país. E para que nós e o concelho de Vila Nova de Paiva não nos desviemos desse rumo era bom também que reflectíssemos que são coisas que já estou habituado a ouvir a alguns que estão nestas andanças à mais tempo, “que está instituído”, isto não é justificação meus senhores. Nada nesta vida está instituído se não estiver escrito e isso não facilita a vida de quem está do outro lado nem de quem está deste lado a decidir. Não podemos vir para aqui falar nos problemas e quando sairmos esta porta ignora-los e isso acontece muitas vezes, porque nós independentemente de estarmos cá semanalmente ou como alguns de vós não podem estar sabemos o que se passa neste concelho e sabemos que independentemente da Câmara que esteja a gerir este Concelho há situações que estão instituídas e que não facilitam a vida do actual presidente, não facilitam a vida dos que passaram já por aqui nem vai facilitar a vida

dos que vão e é isso que nós temos que pensar e é isso que nós temos que decidir aqui dentro desta sala o que é que é melhor para nós. Não é só defender o que é mais fácil de defender e ignorar aquilo que outros se aproveitam quando nós podíamos aproveitar. Não vou estar aqui a referir nem associações nem nomes, penso que somos todos minimamente inteligentes para chegarem ao ponto que eu quero chegar . Só quero dizer isto, temos que ajudar e temos que ter mão firme e pelo menos uma palavra relativamente às opções que são feitas neste concelho independentemente da pessoa ou da instituição e temos que olhar se o dinheiro que investimos para bem da imagem do concelho se são também só da responsabilidade da autarquia ou também são da responsabilidade desta Assembleia. Porque mais uma vez nem sempre se faz aquilo que se quer, nem sempre se faz o que o povo quer, porque nem sempre o que o povo quer será a melhor solução.

Quanto ao problema da P.T. colocado pelo Prof. José Luís, de facto aconteceu, também ser da sua opinião porque o meu pai tem uma empresa e esteve sem telefone durante duas semanas. Por isso penso que se alguns se mexeram e outros não, não sei, penso que a Câmara Municipal poderá ter alguma intervenção neste assunto, mas quando há empresários a terem problemas destes e não conseguirem resolve-los num curto espaço de tempo, não vejo como é que os particulares o poderão ter feito de forma tão breve.

Relativamente ao parque infantil, independentemente de ter quinas vivas ou de ainda faltar lá alguma relva, Sr. Presidente, e se ele está ou não dentro daquilo que as normas pedem, independentemente de estar concretizado agora só tenho uma coisa a dizer-lhe. Está pelo menos feito e nunca vi tantas crianças a brincar num parque infantil nas últimas três semanas, como se calhar não vi nos últimos dez ou quinze anos, nem eu tive a felicidade de brincar no parque infantil.

Relativamente à saúde, é uma questão de princípios, concordo com a deputada Sandra e penso que se calhar o que nós devemos fazer neste momento é, já que colaboramos tanto e não temos contrapartidas, temos de deixar de colaborar. Quando o centro de saúde começar a ter erva de dois metros de altura e começar a ter uma situação mesmo precária que as pessoas até sintam algum repudio a ir lá provavelmente alguém vai olhar para nós.”

----- O Sr. Presidente respondeu às intervenções como segue: “Quero agradecer esta bateria de perguntas de problemas aqui levantados, vou tentar responder com alguma coerência, já sabem que se por vezes falhar alguma não é deliberado, mas atendendo ao respectivo volume é natural.

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Vou começar pela saúde. Quando houve esta alteração, que foi não só no Centro de Saúde de Vila Nova de Paiva mas em todos os Centros de Saúde devido à corridas às reformas dos médicos para não serem penalizados, Vila Nova também veio a sofrer porque uma das médicas e estamos a falar logo de um quarto dos médicos, também se reformou e causou bastantes transtornos. Já vos transmiti que de imediato fiquei de veras preocupado principalmente pelos utentes do meu Concelho e também dos Concelhos limítrofes. Inclusive embora esteja na lei à uns anos foi aplicada recentemente, isto é os utentes das localidades vizinhas estão proibidos de ter aqui os serviços de assistência medica. Inclusive falei com eles, estava a falar de Segões, Forles, isto era prática de uma dúzia de anos, embora a lei diga que enquanto houver pessoas para serem servidas do concelho os de fora (Peva, Segões, etc.) Vêm posteriormente. Mostrei a minha indignação porque são gente amiga, gente que socialmente faz também aqui a sua vida. Também a direcção do Agrupamento de Centros de Saúde ACES Dão Lafões me foi dando conta mais uma vez perante esta interpelação porque é que estas pessoas não eram atendidas, ou porque é que eram atendidas em 2ª classe. Foi-me dito que estão a tentar arranjar uma solução com os médicos estrangeiros. Srs. depurados façam-vos já um desafio ponham a votação uma moção de censura e vamos apresentá-la já ao Ministério da Saúde, porque o reverso da medalha também pode ser mostrado. Fomos nós que inclusive tivemos em tempos de telefonar a perguntar se nos autorizavam a limpar o espaço, recinto do Centro de Saúde que estava uma autêntica miséria. O que me foi respondido foi: “desculpem lá vocês têm muita razão aquilo está de facto a parecer mal”. Face a tudo isto deixo um repto à Assembleia Municipal para que seja feita e aprovada uma moção de censura para não haja défice de cuidados de saúde no nosso Concelho.

Quanto ao parque infantil vê-se bem que o parque não está acabado, ainda hoje estivemos a escolher o equipamento que falta e que vai completar o conjunto de equipamentos que foram projectados para o local. Depois temos duas questões, uma de estética e nesse sentido também podem verificar que já lá foram plantadas algumas árvores e a pintura dos muros que terá que ser feita inclusive já foram escolhidas as cores para dar mais vivacidade ao espaço e a outra questão é a da segurança que tem a haver com os acessos e com algum problema que haja nas esquinas. Com as pinturas e com as vedações da parte de cima penso que poderemos, e também o Sr. Pedro Moreira director da CEPSA estamos em conversações porque vai vedar a parte das bombas com acrílico. No final destas obras teremos ali um bom parque infantil. Por falar em obra e já que o Sr. deputado Hugo também falou nelas, irei consignar a construção que já tinha sido adjudicada mas que ainda não tinham consignado para

não termos responsabilidades, e porque tinham que dar maturidade à candidatura que neste momento já está aprovada, a do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva com um investimento elegível global de 1.374 mil Euros julgo que a empresa irá começar de imediato a obra. Também para dizer aos Srs. Presidentes de Junta, tal como já tinham falado aqui várias vezes, entraram na plataforma, na semana passada várias empreitadas de construção de arruamentos no Concelho de Vila Nova de Paiva. Vão ser abertas as propostas no dia 27 do corrente mês.

Informou que o caminho do Barreiro que vai ligar Vila Nova de Paiva/Alhais/Póvoa/Touro, está num bom ritmo de construção, estando já neste momento em condições de ser asfaltado.

Informo também que a empreitada dos arruamentos A, B, C, D, E, F, G e H em Vila Nova de Paiva da zona das Escolas e até à Lusandinha/Ferral/Corga, estão em execução estando previstos na empreitada todas as infra-estruturas de saneamento, água e outras, no entanto ainda havia parcelas de terreno necessário que estão a ser negociados com os proprietários, nomeadamente no lugar de Santinha, porque os proprietários estavam emigrados, felizmente já temos todos os terrenos negociados sem ter que se recorrer a expropriação.

Quanto a processos judiciais informou que o processo disciplinar instaurado ao trabalhador Sérgio Tavares, e como todos sabem tem uma primeira nota de culpa. Com uma segunda nota de culpa em face de outros factos que consideramos graves e são porque a violação dos seus deveres e como espero que este processo tenha um terminus de acordo com a lei e com a celeridade possível.

Informou que o processo do cheque, nunca mais soube de mais nada desde a vinda da Sr.^a Inspectora da Policia Judiciária a esta Câmara, a não ser que teria ouvido um chefe de divisão, foi-me também transmitido que iria ser ouvidas outras pessoas mas até hoje ainda não sei que desenvolvimento tem o processo.

“ A questão das árvores plantadas no largo da feira era uma necessidade que já se verificava há alguns anos, este ano perdeu uma que já foi abatida, no parque infantil uma outra também secou. A replantação foi feita de acordo com o levantamento topográfico da feira quinzenal por forma a que não provocassem estorvos. Não houve até hoje regeneração urbana, este largo merece uma regeneração, o problema é os custos dessa obra que serão elevados e para se fazer uma coisa de qualidade poderão ascender a um milhão de euros. Admito que este segundo memorando entre o governo e a associação de Municípios Portugueses e acabando os (POS) programas operacionais regionais admito que nós venhamos a ter capacidade de executar a obra através da Bolsa de Mérito.

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

Quanto aos Censos informou que já foram efectuados. Só tenho a lamentar porque quando tive aqui a reunião com os Srs. Presidentes de Junta o atraso nos pagamentos deveu-se a erros nos mapas que a Sr.ª Coordenadora concelhia nos enviou.

A Casa do Povo deu os parabéns, em breve irá agendar uma reunião com a direcção desta associação para ver o que é possível fazer dentro das possibilidades da Câmara, para acordar o apoio, não o necessário, mas sim o possível para o desenvolvimento de algumas actividades nomeadamente ligadas ao desporto jovem.

Bombas de Gasolina – O Sr. Deputado Henrique falou em piruetas, eu quero dizer e informar os Srs. deputados que não há aqui piruetas nenhuma. Não sei qual foi o objectivo do Sr. Deputado de me ter conectado com outros negócios de outras bombas. Se os fiz foi no exercício da minha profissão, mas por acaso presumo que não tenha sido nenhuma licenciada, que não tenha sido nenhum promotor que tenha tido qualquer intervenção a não ser enquanto advogado, mas as pessoas arriscam e vai daí esta pena pelos Srs. Empresários, o certo é que já tiveram dois donos e ambas fecharam mas essas são as regras do mercado quer a nascente quer a poente. Eu não fiz nem mais nem menos do que este negócio e propu-lo à Câmara Municipal tendo por base três coisas: 1.º A situação em que as bombas se encontravam à cerca de dois anos, o vazio contratual em que se encontravam; 2.º Se a Câmara hoje se permite dar ao luxo de perder receita, qualquer que seja, quer receita corrente, quer receita extraordinária; 3.º Se estas bombas no imediato e não havendo regeneração urbana, se violam qualquer regra de trânsito ou de segurança, sendo a única bomba/estação de serviço com bandeira, não prejudicando Vila Nova de Paiva no imediato. Não temos qualquer projecto para aquela zona e se não houver regeneração urbana não vamos ter capacidade para executar qualquer projecto. Está causa também uma subconcessionária que é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva, que perderia também a receita que ali produzem, e os postos de trabalho que estão ali criados, quando nós somos um concelho com poucas oportunidades. Ponderando tudo isto e até porque tinha outras ofertas de menor valor, e o que se fez foi um arrendamento comercial, é preciso ter um estabelecimento, umas instalações, e não há dúvida nenhuma de que aquilo é tudo da Câmara por direito. Quando houve a caducidade do direito de superfície em 2009 tudo o que lhe estava revertido para a Câmara Municipal e por isso é que agora não estamos a conceder direito de superfície, mas sim um arrendamento comercial. Tendo eu tido outro tipo de propostas substancialmente mais baixas e recebendo esta da CEPSA, com este enraizamento que tinha com os bombeiros como é que eu ia recusar. E Mais

actualmente a maioria das bombas de gasolina nas regiões do interior querem é abandonar porque não conseguem sustentabilidade.

Ponderei todas estas questões e apresentei a Proposta à Câmara Municipal que, sem qualquer voto contra a aprovou. Face a tudo o que referi pergunto, qual foi o crime ou qual foi o negócio que eu tenha feito que lese o Município? Não estou a hipotecar o futuro nem de médio nem de longo prazos, estamos a afalar até Março de 2014. Mais este negócio teve ainda outro efeito que foi recuperar retroactivamente uma ocupação ilegítima, pois a CEPSA estava lá com um vazio contratual. Não tenho nada a ver com a concorrência, eu fui eleito para defender os interesses da Câmara.

Relativamente ao SIADAP, posso-vos garantir e já o fiz em reunião de Câmara, o Município não está a ter qualquer penalização em virtude da implementação do SIADAP. Mas quero-vos dizer que durante o ano de 2010 os dirigentes e alguns funcionários fizeram formação avançada para aplicação do sistema de avaliação de desempenho, foram eleitas as comissões paritárias e os conselhos coordenadores. Neste momento todas as divisões estão a últimas os objectivos da unidade e a pedir aos seus trabalhadores os seus objectivos individuais para funcionar em pleno.

Quanto às Águas de Portugal, se eu bem percebi O Sr. deputado Henrique Morgado disse que está tudo concretizado. Não é verdade e vou esclarecer. Como sabem e se estão recordado, na última Assembleia ordinária eu até vos disse que naquele dia me tinha acabado de chegar, pelo correio, informação e que ainda não a tinha sequer. Essa informação eram os contratos de fornecimento de Águas e de Águas residuais e anexos. Da referida documentação foi dado conhecimento ao Executivo em reunião da Câmara do dia 17 de Março de 2011. As águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, no ofício que acompanhava os documentos referiam que estando em fase de conclusão a análise de candidaturas referentes ao alargamento do sistema de abastecimento de águas a Castro Daire e Vila Nova de Paiva, junto do POVT vinham enviar cópia do contrato de fornecimento para todos os concelhos aderentes ao sistema multimunicipal e solicitamos e solicitavam que eu o remetesse com a maior brevidade possível depois de assinado. Naquela reunião de Câmara informei e referi aos Srs. Vereadores que o problema era da ATMAD e que estavam a por a carroça à frente dos bois, como o povo costuma dizer. Entreguei cópias de toda a documentação para os Srs. Vereadores analisarem e proporem as suas propostas alternativas. Entretanto as Águas de Portugal, como sabem, têm tido outros desenvolvimentos, não só um desenvolvimento local porque nos afecta a nós, e nós neste momento estamos aqui num oásis, porque Castro Daire e Vila nova de Paiva não estão em nenhum subsistema, mas também o problema deste Governo que está em

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

funções e que é o problema da privatização das Águas de Portugal. No dia 20 de Maio a ATMAD enviou-nos por ofício outros documentos dos quais já dei conhecimento ao Executivo e que estão à disposição de todos os Srs. Deputados para consulta. Naquele ofício referem: “junto se enviam as decisões favoráveis do financiamento das operações relativas ao alargamento do sistema de abastecimento de água e águas residuais a Castro Daire e Vila nova de Paiva. No mesmo ofício referem “de realçar que as decisões de financiamento contêm condicionantes em fase prévia à celebração dos respectivos contratos..... que, terão que ser apresentadas por parte do município de Vila Nova de Paiva.” O custo total do investimento em Castro Daire e Vila Nova de Paiva, de acordo com os seus projectos de execução do fornecimento em alta é de dezassete milhões quinhentos e cinco mil euros, cuja comparticipação do fundo coesão será de doze milhões de euros. De igual modo acontece com as águas residuais que, melhorando as que temos e construindo três novas no Touro, Vila Cova à Coelheira e Pendilhe, têm aqui um investimento de sete milhões cento e setenta e seis mil euros, o que dá de cerca de vinte e quatro milhões de euros de investimento.

Mas no ofício diziam também que uma das condicionantes, e após análise dos documentos constantes da candidatura era o envio do aditamento ao contrato de fornecimento.

Passado algum tempo o Sr. Eng.º Paixão, responsável da ATMAD telefonou-se a perguntas pelos contratos, ao eu novamente respondi que não concordava com os valores, porque estavam previsto valore mínimos garantidos e que eu não concordava com aqueles, e disse-lhe mais, retire os consumos mínimos e aí então podemos negociar.

Entretanto veio nova documentação a informar que está em versão de trabalho, em virtude de uma reunião que houve no Porto com a Sr. Ministra do Ambiente, onde participaram os trinta e seis Municípios aderentes. Esta reunião foi problemática porque alguns presidentes de concelhos nossos vizinhos, disseram logo que não pagavam, e não pagaram, fizeram uma retaliação às Águas de Portugal. Desta retaliação nasceu um projecto de Lei que cria o Fundo de Equilíbrio Tarifário, que permite uma banda tarifária de referência. O Concelho Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) em 20.04.2011, emitiu parecer favorável àquele projecto de lei.

Também já tive conhecimento de que a CIM Douro em reunião de Direcção, face a este fundo de Equilíbrio tarifário já negociou com as Águas de Portugal todas as tarifas e cuja tarifa mínima foi de 0,48€, tendo sido este o valor que os nopsso

vizinhos pagaram. Após conhecimento desta situação reuni com o Sr. Eng.º Paixão, e depois de eu ter refilado muito, foi-me apresentado um valor mínimo garantido que veio para metade do inicialmente proposto por eles, e que para o 1.º ano é de 46.480,00.

Tive o cuidado de ter algumas reuniões com os presidente de concelhos nossos vizinhos, e fiz um estudo comparativo das tarifas de vários Municípios que comparando com as nossa, as deles são muito mais elevadas. Por exemplo, o Município de Sátão tem os seguintes escalões: de 0 a 5 m² – 040€; de 05 a 12m² – 0,70€; de 13 a 20m² – 0.95€; mais de 20 m² – 1,45 €, isto para consumos domésticos, e têm aplicada a taxa de disponibilidade, que nós não temos. Em Aguiar da Beira as Tarifas de água são o dobro das do Sátão. Comparando as nossa actuais tarifas com as do Sátão, as nossa são apenas de metade. É certo que temos que decidir porque as nossas tarifas são muito baixas, não cobrem nem pouco mais ou menos as despesas com o fornecimento.-----

- O Membro Joel Sousa, relativamente à questão das águas, referiu que o Sr. Presidente tem andado à dois anos a distribuir fotocópias, tendo-se ele disponibilizado de uma forma gratuita para analisar o processo e ajudar a candidatar um projecto aos fundos comunitários para evitar a adesão às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Questionando como é que vão ficar os trabalhadores afectos aos serviços de água.

----- O Sr. Presidente da Câmara informou o membro Joel Sousa que as Câmara neste mento não podem fazer candidaturas aos fundos comunitários, candidaturas essas que já estão suspensas há mais ou menos dois anos.

----- O Vereador Sr. Manuel Custódio, presente na sessão solicitou que lhe fosse da a palavra para explicar o que se passou relativamente às águas, no seu mandato. Dada a palavra a Sr. Vereador, o mesmo referiu que foi assinado um protocolo admitindo que a autarquia quisesse aderir à Águas de Portugal. E assinou-se para que fosse viabilizado o estudo. *“passou-se então a outra fase, e a questão trazida pelo Sr. Presidente, a reunião de Câmara não foi analisada porque não estavam todos os Vereadores. Mas o problema é que Vila nova de Paiva não tem água. Na altura foi feito um pequeno estudo no qual apontava para a instalação de três estações de tratamento de água no concelho. Mas, o mais importante é a estação de tratamento de águas residuais que é o cancro do concelho.”* A sua posição acerca da água é que, Vila Nova de Paiva tenha água e de qualidade, porque durante o mês de Agosto não há condições de fornecimento a muitos consumidores que vêm de férias. Entende que não há outra solução senão a adesão ao sistema multimunicipal.

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

----- O Presidente da Assembleia, concorda com o que o Sr. Vereador referiu, no entanto, entende que não temos de ter pressa na adesão temos que analisar e negociar por forma a reduzir os encargos que Vila Nova de Paiva possa vir a ter.

----- **Interrupção da reunião** - Eram dezasseis e trinta minutos quando o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos por um período de cinco minutos. De regresso à sessão, eram dezasseis horas e quarenta e oito minutos, o Sr. Presidente reiniciou os trabalhos, tendo verificado novamente as presenças e verificado que estavam todos os que estavam no início da sessão.-----

----- A Assembleia Municipal propôs um voto de protesto em relação ao funcionamento do centro de saúde de Vila Nova de Paiva, cujo texto será elaborado pelo Sr. Presidente da Mesa Assembleia.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o voto de protesto.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

2.1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da sessão de 26 de Abril de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe, com abstenção da Sr.^a Sandra Francisco por não ter estado presente naquela sessão.-----

2.2 – Proposta de autorização de apresentação de pedido de financiamento e contratação de empréstimo até ao montante de € 137.446,25, no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI) para a obra de “Construção do parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova d Paiva”-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 08 de Junho, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 16 de Junho de 2011, do seguinte teor integral: -----

----- “*Considerando que:*

a) O contágio da crise financeira à economia real, o aumento da incerteza, a deterioração das perspectivas de crescimento e as condições mais restritivas na concessão de crédito têm vindo a reflectir-se na capacidade de execução dos promotores de projectos aprovados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013 (que constitui o enquadramento para a concretização da política comunitária de coesão económica e social em Portugal), afectando os calendários e ritmos inicialmente previstos.

b) No sentido de inverter esta tendência e, deste modo, contribuir para minorar os efeitos negativos da crise económica na implementação do QREN, o Governo

celebrou, em 19 de Novembro de 2010, um contrato de Empréstimo-Quadro (framework loan) com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no valor de 450 milhões de euros, que constitui a primeira tranche de um empréstimo cujo valor global ascende aos 1.500 milhões de euros, para o financiamento de operações aprovadas a co-financiamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, sendo beneficiários, entre outros, as Autarquias Locais, conforme Despacho n.º 6.572/2011, de 4 de Abril de 2011, dos Ministérios das Finanças e da Economia (publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 80, de 26 de Abril de 2011), que fixou as condições de acesso e de utilização dos financiamentos daquele Empréstimo-Quadro (EQ).

c) Esta Câmara Municipal apresentou candidatura do projecto da obra de “CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO E PRAIA FLUVIAL DE VILA NOVA DE PAIVA”, a co-financiamento do MaisCentro – Programa Operacional Regional do Centro, em regime de Balcão Permanente no âmbito da Contratualização relativo à CIMRDL – Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, que este Município integra, que obteve parecer favorável do respectivo Conselho Executivo em reunião de 17 de Março de 2011, tendo sido submetida à Unidade Orgânica respectiva do Programa MaisCentro, aguardando-se aprovação.

d) Aquele projecto satisfaz as condições gerais de elegibilidade previstas no n.º 6 do Despacho n.º 6.572/2011 para beneficiar de financiamento no âmbito do EQ.

e) Nos termos do n.º 7 do Despacho n.º 6.572/2011, o valor do financiamento a conceder a cada operação no âmbito do EQ está subordinado a determinadas condições, nomeadamente que o valor do financiamento, em conjunto com o co-financiamento FEDER ou FC, não pode exceder 90 % do custo total previsto na decisão de aprovação do co-financiamento de FEDER ou FC da operação (conforme alínea b)) e, o valor de financiamento seja compatível com as obrigações orçamentais a que a entidade interessada esteja sujeita, designadamente a sujeição a limites de endividamento (conforme alínea e)).

f) O referido projecto de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva” obteve parecer favorável do Conselho Executivo da CIMRDL, nas seguintes condições:

- Investimento total ----- € 1.373.555,53;
- Investimento elegível ----- € 1.373.442,16;
- Subsídio FEDER (80% do investimento elegível) ----- € 1.098.753,73.

Ora, 90% do investimento total corresponde a € 1.236.199,98 que, deduzido do subsídio FEDER (€ 1.098.753,73), se traduz no montante de € 137.446,25, que

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

corresponde ao valor máximo do financiamento no âmbito do EQ para aquela operação.

g) Aquele valor de financiamento contém-se nos limites de endividamento deste Município para 2011, que são os seguintes conforme ofício n.º S-001622, de 30.05.2011, da Direcção Geral das Autarquias Locais anexo:

- Endividamento líquido (EL) = € 4.303.153,00;*
- Endividamento de médio e longo prazos (EMLP): € 3.199.149,00.*

h) Nos termos dos n.ºs 3 a 8 do Anexo 3 do Despacho n.º 6.572/2011, o financiamento é concedido pelo prazo não superior a 15 anos, em função da tipologia da operação, as amortizações do capital são efectuadas semestralmente, podendo ter um período de carência de até três anos, e os juros são pagos semestral e postecipadamente, sem período de carência, sendo as amortizações de capital e o pagamento de juros efectuados no primeiro dia útil após o final do semestre; a taxa de juro aplicável em cada semestre é a correspondente à suportada pela República Portuguesa no âmbito do EQ, actualmente de 3,901%, acrescida de uma margem de 20 p.b. (pontos base), pelo que a taxa de juro será de 4,101%.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere aprovar a presente proposta de autorização de apresentação de pedido de financiamento até ao montante de € 137.446,25 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos), no âmbito do Empréstimo-Quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI) para financiamento complementar da obra de “Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva”, pelo prazo não superior a 15 anos, com um período de carência de três anos, com taxa de juro actual de 4,101%, a submeter à autorização da Assembleia Municipal em conformidade com a alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da mesma Lei, estando o respectivo contrato de empréstimo sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas conforme alínea a) do n.º 12 do Anexo 5 ao Despacho n.º 6.572/2011.”

----- O Sr. Presidente da Câmara justificou a necessidade deste pedido de financiamento e contratação de empréstimo.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- Henrique Morgado, referiu que este projecto da praia era um anseio da população, espera que alguns erros cometidos noutras praias não se repitam neste equipamento. ---

----- Os membros Sr. Joel Sousa fez uma apreciação dos investimentos, nomeadamente da Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva e Sr. Horácio Leal proferiu alguns comentários acerca do investimento e da construção da Praia de Vila Nova de Paiva, tendo este referido que ao contrário do que acontece com outras freguesias a Junta de Freguesia de Vila Nova de Paiva, não tem sido chamada a opinar nas obras que a Câmara executa na sua freguesia.

----- Concluídas as intervenções, Sr. Presidente da Mesa usou também da palavra para comentar a intervenção do membro Joel e em seguida colocou o assunto a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe.-----

2.3 - Apreciação da Actividade Municipal desenvolvida durante os meses de Abril, Maio e Junho de 2011 do ano em curso, nos termos do artº 53º, nº1, alínea e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

2.4 - Proposta de 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2011, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 16 de Junho do ano em curso-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 08 de Junho 2011, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 16 de Junho do ano em curso, do seguinte teor integral: -----

“1 – Com a publicação do Decreto-Lei n.º 179/99, de 21 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 94/2004, de 22 de Abril, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 38/2006, de 20 de Fevereiro, foram estabelecidas as regras e procedimentos a observar na criação e reconhecimento de equipas de sapadores florestais, cuja regulamentação foi aprovada pela Portaria n.º 668/2001, de 4 de Julho. De referir que aqueles diplomas foram entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio.

2 – Decorrente do disposto na alínea d), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 179/99, esta Câmara Municipal apresentou candidatura ao Programa Sapadores Florestais junto da Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF), sendo contemplada com uma Equipa de Sapadores Florestais, notada por SF 26-165 Vila Nova de Paiva, constituída por cinco sapadores florestais.

Acta N.º 03/2011	
Livro N.º	Folha N.º

3 – Conforme art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 179/99, os apoios ao funcionamento das equipas de sapadores florestais assumem a forma de subsídio a fundo perdido por períodos de cinco anos, sendo que o apoio anual a atribuir pelo Estado ao funcionamento das equipas é correspondente aos trabalhos de serviço público de prevenção, vigilância, primeira intervenção, apoio ao combate e rescaldo e vigilância pós-incêndio, num montante anual não superior a € 35.000,00, sendo da responsabilidade das entidades detentoras das equipas as despesas decorrentes da contratação dos sapadores, incluindo salários, encargos sociais e seguros, as despesas de funcionamento e as de enquadramento técnico da equipa.

4 – Na sequência de processo simplificado de selecção foram celebrados, com efeitos a partir de 14 de Julho de 2008, contratos individuais de trabalho a termo resolutivo certo com cinco candidatos a sapadores florestais, com fundamento e ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do art.º 9.º, da mesma Lei n.º 23/2004 (desenvolvimento de projectos não inseridos nas actividades normais dos órgãos ou serviços), pelo prazo de um ano, eventualmente renovável nos termos legais, regendo-se os contratos pelo disposto na referida Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, no Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e respectiva regulamentação aprovada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho.

5 – Em 21 de Julho de 2008 foi celebrado Protocolo entre a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e a Câmara Municipal, para apoio ao funcionamento da equipa de sapadores florestais.

6 – Decorrente da entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2009, do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em Anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, por interpretação “a contrario” do n.º 1 do art.º 14.º daquele diploma preambular, os contratos em execução em 1 de Janeiro de 2009 cujo prazo inicial fosse inferior a dois anos ou que, tendo sido objecto de renovação, tivessem, naquela data, uma duração inferior a dois anos, ficam sujeitos à duração máxima fixada no art.º 103.º do Anexo I (Regime) do RCTFP, o que significa, no caso dos contratos dos sapadores florestais, que a sua duração não poderá ultrapassar o prazo de três anos.

7 – A cláusula 13.ª do referido Protocolo celebrado com a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) dispõe que “O presente protocolo vigora até à extinção da equipa, sem prejuízo da suspensão do pagamento de apoios nas situações nele previstas ou estabelecidas por lei, podendo ser alterado por acordo entre as partes.”

8 – Mantendo-se em vigor o referido protocolo e muito embora esteja em causa o desenvolvimento de actividades não inseridas nas actividades normais dos serviços

municipais, será de interesse público municipal a manutenção de uma equipa de sapadores florestais para trabalhos de serviço público de prevenção, vigilância, primeira intervenção, apoio ao combate e rescaldo e vigilância pós-incêndio, dadas as características florestais do Concelho.

9 – De harmonia com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que adaptou à administração autárquica a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24.04, e alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31.12, 3-B/2010, de 28.04 e 34/2010, de 02.09 e 55-A/2010, de 31.12, os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, aprovados, mantidos ou alterados, pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. O Mapa de Pessoal em vigor para o ano em curso foi aprovado pela Assembleia Municipal na sessão de 27 de Dezembro de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião de 16 de Dezembro de 2010.

10 – Tendo em vista a manutenção de uma equipa de cinco sapadores florestais, a modalidade de relação jurídica de emprego público mais adequada será a termo resolutivo incerto, nos termos dos artigos 106.º e 107.º do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (RCTFP), face à vigência do Protocolo celebrado com a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) em 21 de Julho de 2008.

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere aprovar a 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal em vigor, constante em anexo, a fim de ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, de harmonia com a alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, no sentido de serem criados cinco postos de trabalho, afectos ao Gabinete Técnico Florestal (GTF), a ocupar a termo resolutivo incerto, sendo automaticamente extintos os idênticos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal a termo resolutivo certo, assim que ocupados aqueles mediante procedimento concursal, com fundamento e ao abrigo da alínea 1), do n.º 1, do art.º 93.º, do Anexo I (Regime) da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (RCTFP).” -----

----- A Assembleia tomou conhecimento da Informação N.º 14/2011, de 26.04.2011, do Chefe da DAF, bem como do Parecer N.º 108/11, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, recebido por ofício n.º DSAJAL 1211/11, de 12 de Maio, registado em 13.06.2011.-----

----- O Sr. Presidente usou a palavra para explicar a necessidade desta 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal. -----

[illegible]